
SER Social

CRISE, FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília, v. 23, n. 49, julho a dezembro de 2021

Editorial

A mobilidade humana numa esfera local, regional ou transfronteiriça não é um fenômeno recente. Mas, a partir de meados do século XIX, movimentos pré-existentes não controlados, até esse momento, começaram a se tornar objeto de preocupações políticas. O monitoramento de movimentos populacionais pelas autoridades estatais, a generalização do uso de passaportes, os contratos de trabalho, o cadastro dos migrantes, a introdução de permissões de residência e as pesquisas sobre as alegadas necessidades dos mercados de trabalho (nacionais) paulatinamente criaram o quadro da imigração moderna.

Nos últimos 150 anos o Brasil recebeu fluxos importantes de imigrantes e refugiados. Durante o período de migração transatlântica massiva de meados do século 19 até o final da Primeira Guerra Mundial cerca de 3,4 milhões de migrantes, na maioria europeus, se estabeleceram no Brasil. Entre 1946 e 1957 o Brasil, segundo a OIT, recebeu cerca de 420.000 refugiados e migrantes e no início do século 21, de novo virou um país receptor. Segundo os dados do OBMIGRA de 2021 foram registrados no Brasil de 2011 a 2019, 1.085.673 imigrantes, dos quais, 399.372 foram mulheres. Desse

total, 660.349 pessoas (142.250 da Venezuela, 97.316 do Paraguai, 57.765 da Bolívia e 54.182 do Haiti) são consideradas como imigrantes de longo termo no Brasil e deles 41% foram mulheres. Em 2020 teve uma queda importante no número de migrantes, mas foram registradas 22.565 solicitações de refúgio no Brasil.

Nesse contexto, estudar a mobilidade humana não é só um tema empolgante, mas também uma contribuição no diálogo sobre políticas sociais para migrantes e refugiados. Esse debate que se iniciou recentemente no Brasil poderia incluir temas como a discriminação e o papel de raça e gênero na mobilidade e na recepção de migrantes e refugiados, a inserção no mercado de trabalho e a exploração, a questão de cidadania e o agenciamento de coletivos e o impacto de iniciativas governamentais e não governamentais para responder às demandas da população migrante.

Os artigos publicados nesse número abordam numa escala supranacional as políticas de recepção nos dois lados do Atlântico e tratam a exclusão de migrantes e refugiados na Universidade, as violências contra mulheres refugiadas, as políticas sociais brasileiras para os haitianos, as representações sociais de imigrantes involuntários na mídia brasileira e o trabalho precário de migrantes na agricultura alentejana. Para finalizar a seção temática da Revista, temos a entrevista realizada pelo professor Yannis Papadóoulos com a professora Lina Venturas, docente do Departamento de Ciência Política e História da Universidade Panteion, em Atenas, intitulada: A experiência do Comitê Científico de Apoio a Crianças e Adolescentes Refugiados na Grécia.

Este volume, apresenta ainda, artigos de temas livres, que exploram temáticas diversas e apresenta uma pluralidade de fenômenos investigados no campo das políticas sociais, tais como saúde mental, religiosidade, cuidados de longa duração para idosos e trabalho infantil doméstico.

Apesar das limitações de mobilidade no contexto da pandemia da Covid-19, a travessia das fronteiras não parou e uma população em condições precárias enfrentou ao mesmo tempo a insegurança alimentar, a exploração e os impactos da crise sanitária e

econômica. Com este número, a revista espera presentear os leitores com reflexões críticas a respeito dessa temática com o objetivo de contribuir no diálogo sobre mobilidade humana e políticas sociais.

Prof. Yannis Papadóoulos
e Comissão Editorial da Revista *SER Social*